



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 3970/2012

AÇÃO PENAL Nº 5003672-03.2011.404.7208/SC

ORIGEM: JUSTIÇA FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROCURADOR OFICIANTE: PEDRO PAULO REINALDIN

RELATOR: OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA

AÇÃO PENAL. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298, CP). ARQUIVAMENTO INDIRETO (CPP, ART. 28, C/C LC 75/93, ART. 62, IV). SENTENÇA ATRIBUI DIVERSA DEFINIÇÃO JURÍDICA AO FATO (ART. 383, §1º, CPP). RECUSA DO MPF EM OFERECER SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (LEI N. 9.099/95, ART. 89). APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 696 DO STF. CONHECIMENTO DA REMESSA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PERMISSIVOS DO SURSIS. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF.

1. Trata-se de ação penal instaurada a partir do recebimento de denúncia pelos crimes previstos nos artigos 297 e 296, inciso II, c/c artigo 70, todos do Código Penal.

2. O Juiz Federal, na sentença, atribuiu ao fato definição jurídica diversa e designou audiência para proposta de suspensão condicional do processo (artigo 383, §1º, CPP).

3. O Procurador da República oficiante, entendendo que a conduta deve ser tipificada nos artigos 298 e 296, inciso II, do Código Penal, recusou-se a oferecer a suspensão condicional de processo.

4. Os autos foram, então, remetidos a esta 2ª CCR, com fundamento na súmula 696 do Supremo Tribunal Federal.

5. Preliminarmente, cabe ressaltar que esta 2ª CCR tem se manifestado no sentido de que a remessa dos autos não deve ser conhecida quando já houver oferecimento de denúncia, exceto nos casos em que a discussão se relacionar à existência ou não dos pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, nos termos da Súmula 696 do Supremo Tribunal Federal.

6. No caso dos autos, verifica-se que o conhecimento da remessa é medida que se impõe, já que o objeto da questão envolve justamente a análise dos pressupostos legais.

7. No mérito, observa-se que a discussão acerca da capitulação do fato está preclusa, uma vez que não houve oferecimento de apelação contra a sentença que definiu a tipificação da conduta no artigo 298 do Código Penal.

8. Desse modo, impõe-se a análise dos pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, considerando a conduta como tipificada somente no crime de falsificação de documento particular, cuja pena mínima é de um ano.

9. Designação de outro Membro do MPF para análise da presença dos requisitos legais permissivos do SURSIS processual.

Trata-se de ação penal movida contra LUIZ GONZAGA SILVEIRA, como incurso nas sanções dos artigos 297 (falsificação de documento público) c/c 296, inciso II (falsificação de sinal público de tabelião), c/c artigo 70, todos do Código Penal.

Narra a denúncia que *“no dia 09 de março de 2009, o denunciado LUIZ, de forma dolosa e consciente, falsificou, no todo, o Documento Básico de Entrada do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (fls. 58 do apenso I), da empresa Penegos Comercial Importadora e Exportadora LTDA., bem como falsificou o sinal público de tabelião, alterando o selo de fiscalização da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, aposto no referido documento, visando alterar o título (nome fantasia) e o endereço do estabelecimento comercial na Receita Federal do Brasil”* (fl. 03v).

O Juiz Federal Marcelo Micheloti, **em sentença**, aplicou o art. 383¹ do Código de Processo Penal e atribuiu à conduta descrita na denúncia a definição jurídica do art. 298 do Código Penal. Assim, considerando que a pena mínima prevista para o crime de falsificação de documento particular é igual a um ano, sendo, portanto, cabível a suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099/95, art. 89), designou audiência para o oferecimento da proposta (fls. 242/243).

O Procurador da República oficiante manifestou-se contrariamente à proposta de suspensão condicional do processo no caso em análise com os seguintes fundamentos:

“A proposta de suspensão do processo só é cabível quando o crime imputado ao denunciado é punível com pena mínima de 1 (um) ano.

Não é o que se tem.

¹ Art. 383. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

§ 1º Se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

§ 2º Tratando-se de infração da competência de outro juízo, a este serão encaminhados os autos. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

De fato, o documento é particular. Mas, além da falsificação do documento particular, falsificou o denunciado, no mesmo contexto fático, o reconhecimento de firma do Tabelionato César.

A imputação trata assim de duas falsidades: uma capitulado no art. 298, CP – falsificação de documento particular –, como bem observado pelo MM. Juiz. A outra: capitulada no art. 296, II, CP – falsificação de sinal público de tabelião.

A prática de dois crimes em concurso formal afasta, por critério objetivo, o cabimento da suspensão condicional do processo.

O precedente invocado pelo MM. Juiz de que o reconhecimento falso de firma não pode ser entendido como 'sinal público de tabelião', com o devido respeito, implica a descriminalização daquele que atenta contra a fé notarial.

A interpretação legal, em estudo clássico de Carlos Maximiliano, não pode conduzir a conclusões absurdas. Aceitar que, no Brasil, a praxe cartorial não uma 'sinal público de tabelião' para concluir que a incriminação é inócua, é uma compreensão pobre e enviesada do tipo penal. A lei busca proteger a fé notarial, obviamente ferida no episódio.

Em conclusão, não é cabível *in casu* a suspensão condicional do processo pois que não se trata de simples caso de falsificação do documento particular.” (fls. 246v/247)

O Juiz Federal determinou, então, a remessa dos autos a esta 2ª Câmara, com fundamento na súmula 696 do Supremo Tribunal Federal, aplicando, por analogia, o artigo 28 do CPP.

É o relatório.

Preliminarmente, cabe ressaltar que esta 2ª CCR tem se manifestado no sentido de que a remessa dos autos não deve ser conhecida quando já houver oferecimento de denúncia, exceto nos casos em que a discussão se relacionar à existência ou não dos pressupostos legais permissivos da transação penal ou da suspensão condicional do processo a que se referem os artigos 76² e 89³ da Lei nº 9.099/95. Confira-se:

² Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

³ Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

INQUÉRITO POLICIAL. DENÚNCIA OFERECIDA. DIVERGÊNCIA ENTRE MAGISTRADO E MEMBRO DO MPF ACERCA DA CAPITULAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS. TRANSAÇÃO PENAL (LEI 9.099/95, ART. 76). APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. NÃO-CONHECIMENTO DA REMESSA.

1. A Procuradora da República oficiante, conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/67, não ofereceu proposta de transação penal, deixando de aplicar as disposições art. 76, da lei 9.099/95.
2. O MM. Juiz Federal conferiu nova capitulação jurídica ao fato narrado, enquadrando-o no art. 70 da Lei 4.117/62, oportunidade em que remeteu os autos a esta 2ª CCR, por analogia art. 28 do CPP c/c o art. 62, IV, da LC nº 75/93, para manifestação quanto à capitulação dos fatos.
3. Em análise da questão, tem-se que o caso é de não conhecimento da remessa, pois o Membro do MPF, quando oferece a denúncia, no gozo de sua prerrogativa da independência funcional, esgota a atividade do Ministério Público no que tange à propositura da ação penal, em observância ao princípio da obrigatoriedade da ação penal.
4. Ausente qualquer hipótese de arquivamento explícito ou implícito, descabida a remessa à 2ª CCR/MPF, já que a essa não é dado o poder de rever o conteúdo manifestação ministerial e tampouco a incumbência de ser a revisora desse juízo de pertinência. Precedentes do STF e STJ.
5. Inaplicabilidade da Súmula 696 do STF, uma vez que, no caso em questão, a discordância existente entre o órgão acusador e juiz não se resume à simples discussão sobre a existência ou não dos pressupostos legais permissivos da transação penal, mas à capitulação jurídica dos fatos, atividade exercida pelo *Parque* quando do oferecimento da denúncia.
6. Voto pelo não conhecimento. (ATA DA 536ª SESSÃO DE REVISÃO - Brasília (DF), 30 de maio de 2011.).

Referido entendimento, além de outros fundamentos, tem como base as disposições da Súmula 696 do Supremo Tribunal Federal, que abaixo segue transcrita:

“Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o promotor de justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, remeterá a questão ao procurador-geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do código de processo penal.”

Assim, considerando que a questão dos autos envolve justamente a análise a respeito de pressupostos para proposição, pelo Ministério Público, da suspensão condicional do processo, o conhecimento da remessa é medida que se impõe.

Quanto ao mérito, observa-se que a discussão acerca da capitulação do fato está preclusa, uma vez que não houve oferecimento do recurso de apelação contra a sentença que definiu a tipificação da conduta apenas no artigo 298 do Código Penal.

Tendo em vista que a pena mínima cominada ao crime é de um ano, verifica-se que, estando presentes os demais requisitos, será possível aplicar a suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei 9.099/95.

Desse modo, impõe-se a análise da presença dos demais pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, considerando a conduta como tipificada somente no crime de falsificação de documento particular.

Uma vez que a análise sob essa ótica não foi feita pelo Procurador da República oficiante, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para verificar a possibilidade de oferecimento do Sursis processual.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina, para as providências pertinentes, cientificando-se ao Procurador da República oficiante e ao juízo de origem.

Brasília/DF, 26 de novembro de 2012.

Oswaldo José Barbosa Silva
Subprocurador-Geral da República
Titular – 2ª CCR/MPF